

**Folha de S. Paulo**

**21/1/1985**

**Guariba: combater as causas (1)**

Roberto Rodrigues

A repetição, na semana passada, dos graves incidentes ocorridos em Guariba no início da safra 84/85 evidencia uma série de problemas no setor agro-industrial canavieiro, com ênfase para as difíceis arestas da área social.

Sem a pretensão de analisar com profundidade estas dificuldades não se pode deixar de apontar para a incrível superficialidade com que o assunto vem sendo tratado, sobretudo pelos empresários da agroindústria açucareira e pelo governo: ambos procuram, aparentemente descuidados, "resolver" a questão, combatendo conseqüências. Não há ninguém enfrentando objetivamente as causas deste convulsionamento indesejável para o País, e buscando contorná-las com eficácia.

Tais causas, na verdade, remontam há cerca de 40 anos quando o Brasil, decidido pela implementação do chamado processo de urbano-industrialização agregado ao programa de substituição de importações, optou pela drenagem dos recursos financeiros encravados na agricultura como fonte única — pelo menos assim se estimou então — de propulsão dos setores secundário e terciário da economia. Exauridos tais recursos, face à grandeza da tarefa mal dimensionada, foi preciso buscar dinheiro no Exterior. Crise de petróleo e aumentos das taxas de juros internacionais foram os temperos da crise econômica que passou a exigir da agricultura uma atuação mais decidida na produção de exportáveis.

Se até então o Brasil carecia de uma política agrícola que merecesse este título, a partir daí os desajustes se multiplicaram numa fantástica sucessão de incompetência e descontinuidade, levando toda a agricultura a uma perplexidade insuportável, sobretudo nos últimos 15 ou 20 anos, planejar alguma coisa no setor. E todos os agricultores brasileiros, especialmente aqueles que se ocupavam da produção de alimentos, passaram a "viver" em função de flutuações de mercado sobre as quais não podiam exercer nenhuma influência, ou de decisões de gabinetes governamentais, em geral descompromissadas com a realidade nacional.

O setor açucareiro, entretanto, veio se mantendo, até 2 ou 3 anos atrás, como um oásis neste desalentador panorama: condições favoráveis de mercado externo nas décadas de 60 e 70 e depois o Proálcool, garantiram à cana, até o início da década de 80, uma privilegiada posição de vantagem sobre os demais produtos agrícolas.

A política econômica concentradora adotada nos últimos 20 anos, acabou criando um diferencial econômico que empurrou, nos anos 70, os canaviais por sobre sítios e fazendas, e depois grandes fazendas, numa clara marcha de concentração de terras e, por via de conseqüência, da renda.

Este processo até certo ponto violento, mas natural, de conquista da riqueza causou um curioso, porém explicável, desvio: a desconsideração dos grandes prejuízos sociais criados. Curioso porque, em geral, os homens que fizeram com sua luta os grandes impérios açucareiros de São Paulo, vieram de humildes famílias de colonos italianos que, conhecendo bem o valor do trabalho diuturno, não deveriam se esquecer daqueles que, em contingentes cada vez mais numerosos, se ocupavam das tarefas braçais.

Explicável, porque todo o exemplo que o Brasil acompanhava, em qualquer setor da atividade humana, era o da prevalência do econômico sobre o social: só a renda, só o lucro é que

valiam. Neste particular, é famosa a disposição de certo ministro da área econômica em "fazer crescer o bolo para depois dividi-lo"... E mais do que isto, a convicção válida e procedente do empresariado, de que sua atividade era geradora dos melhores empregos que a agricultura oferecia com melhor remuneração e maior assistência social.

Em toda esta questão, era notável já há 30 anos atrás, a clara desorganização da agricultura como segmento social, como classe mesmo. Sempre desunida, chorona e incompetente, a agricultura não conseguia participar da geração de políticas que lhe diziam respeito: as lideranças eram tíbias, o próprio ministro da Agricultura era sempre submisso aos ministros da Área Econômica, e as decisões eram tomadas à margem dos agropecuaristas, que assistiam ou se engajavam nos "programas" criados, dependendo de suas características de posicionamento cultural ou geográfico. Daí o suceder de programas autônomos, desamarrados e desplanejados, a criar ou a suprimir vantagens e privilégios setoriais na agropecuária.

Diante desta sucinta avaliação das causas mais remotas do problema dos bóias-frias de Guariba, é imperioso que sejam apontadas algumas propostas para sua solução.

***(Primeiro Caderno — Página 6)***